

DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

- Atos publicados na I e II Série -

NEWSLETTER DIGESTO Nº 03/2012

Disponibilização: 13 de fevereiro de 2012

Período abrangido: 31 de janeiro a 10 de fevereiro de 2012

Índice Geral

- 1. Administração Interna**
 - **Forças de Segurança**
- 2. Agricultura, caça e Pescas**
 - **Vitivinicultura**
- 3. Assuntos Europeus**
- 4. Cidadania**
- 5. Educação**
- 6. Energia**
- 7. Finanças**
 - **Instituições de Crédito**
 - **Contribuições e Impostos**
- 8. Justiça**
- 9. Regiões Autónomas**
 - **Madeira**
- 10. Saúde**
- 11. Segurança social**

12. Trabalho

13. Transportes e Comunicações

- **Transportes**
- **Comunicações**

1. ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Lei n.º 6/2012, de 10 de fevereiro

(Assembleia da República)

Primeira alteração à Lei n.º 8/2009, de 18 de Fevereiro, que cria o regime jurídico dos conselhos municipais de juventude, e segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, que regulamenta os conselhos municipais de educação e aprova o processo de elaboração de carta educativa, transferindo competências para as autarquias locais

2. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

- **Agricultura**

Despacho n.º 1934/2012, de 10 de fevereiro

(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)

Criação de um Grupo de Trabalho com vista à preparação da Proposta de «Estratégia para a Gestão e Reestruturação Rural» (GERAR), até 15 de fevereiro de 2012

- **VITIVINICULTURA**

Despacho n.º 1662/2012, de 3 de fevereiro

(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território - Gabinete do Secretário de Estado da Agricultura)

Fixa o apoio relativo aos programas de promoção do vinho e dos produtos vínicos no mercado interno, para o ano de 2012

Despacho n.º 1722/2012, de 6 de fevereiro

(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território - Gabinete do Secretário de Estado da Agricultura)

Fixa o apoio relativo aos programas de promoção do vinho e dos produtos vínicos no mercado interno, para o ano de 2012

3. ASSUNTOS EUROPEUS

Decreto do Presidente da República n.º 25/2012. D.R. n.º 24, Série I de 2 de Fevereiro

(Presidência da República)

Ratifica a Decisão do Conselho Europeu de 25 de março de 2011, que altera o artigo 136.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia no que respeita a um mecanismo de estabilidade para os Estados membros cuja moeda seja o euro

Resolução da Assembleia da República n.º 9/2012. D.R. n.º 24, Série I de 2 de fevereiro

(Assembleia da República)

Aprova a Decisão do Conselho Europeu de 25 de Março de 2011 que altera o artigo 136.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia no que respeita a um mecanismo de estabilidade para os Estados membros cuja moeda seja o euro

4. CIDADANIA

Despacho n.º 1703/2012. de 6 de fevereiro

(Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete da Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade)

Cria a comissão técnica de apoio à entidade coordenadora do II Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos (II PNCTSH)

13. EDUCAÇÃO

Recomendação n.º 2/2012, de 30 de janeiro

(Ministério da Educação e Ciência - Conselho Nacional de Educação)

Recomendação sobre o Estado da Educação 2011 - A Qualificação dos Portugueses

Portaria n.º 34-A/2012, de 1 de fevereiro

(Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças, da Economia e do Emprego e da Educação e Ciência)

Atualiza as condições de atribuição dos passes «4_18@escola.tp» e «sub23@superior.tp»

14. ENERGIA

Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2012, de 8 de fevereiro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Projeto de resolução do Conselho de Ministros que seleciona os adquirentes da venda direta de referência relativa à 2.ª fase do processo de reprivatização da REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S. A.

15.FINANÇAS

Despacho n.º 1750/2012, de 7 de fevereiro

(Ministério das Finanças - Gabinete da Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças)

Extinção da Comissão de Acompanhamento das Privatizações (CAR)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2012, de 8 de fevereiro

(Presidência do Conselho de Ministros)

Projeto de resolução do Conselho de Ministros que seleciona os adquirentes da venda direta de referência relativa à 2.ª fase do processo de reprivatização da REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S. A.

• INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Portaria n.º 34-B/2012, de 1 de fevereiro

(Ministério das Finanças)

Aprova a declaração modelo 40 - Valor dos fluxos de pagamentos com cartões de crédito e de débito - e respetivas instruções

• CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Despacho n.º 1553-B/2012, de 1 de fevereiro

(Ministério das Finanças - Gabinete do Ministro)

Aprova a declaração de IRC Modelo 22, anexos do modelo A a D e respetivas instruções de preenchimento.

19.JUSTIÇA

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 1/2012, de 30 de janeiro

(Supremo Tribunal Administrativo)

Uniformiza a jurisprudência nos seguintes termos: estando em causa, no âmbito da execução de sentença proferida numa ação de reconhecimento de direito, a prestação de quantias pecuniárias relativas a diferenças remuneratórias essa execução passa não só pelo pagamento dos montantes que são devidos, como pelo pagamento dos correspondentes juros moratórios, os quais são contados desde o momento em que as diferenças salariais a que o Exequente tem direito deveriam ter sido pagas

21. REGIÕES AUTÓNOMAS

- **MADEIRA**

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 7/2012/M, de 6 de fevereiro

(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Resolve deliberar que os partidos com um único deputado e os grupos parlamentares que não pretendam auferir as subvenções a que têm direito estão obrigados a comunicar por escrito ao Presidente da Assembleia Legislativa a respetiva decisão

22. SAÚDE

Decreto-Lei n.º 24/2012, de 6 de fevereiro

(Ministério da Economia e do Emprego)

Consolida as prescrições mínimas em matéria de proteção dos trabalhadores contra os riscos para a segurança e a saúde devido à exposição a agentes químicos no trabalho e transpõe a Diretiva n.º 2009/161/UE, da Comissão, de 17 de Dezembro de 2009

Despacho n.º 1760/2012, de 7 de fevereiro

(Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde)

Fixa alguns procedimentos, tendo em vista a coordenação em matéria de aquisição e utilização de tecnologias de informação na saúde, por parte da SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. (SPMS, E. P. E.)

23. SEGURANÇA SOCIAL

Decreto-Lei n.º 26/2012, de 6 de fevereiro

(Ministério da Solidariedade e da Segurança Social)

Extingue a Caixa de Previdência e Abono de Família dos Jornalistas, a Caixa de Previdência do Pessoal da Empresa Portuguesa das Águas Livres, S. A., a Caixa de Previdência do Pessoal das Companhias Reunidas Gás e Eletricidade, a Caixa de Previdência do Pessoal dos Telefones de Lisboa e Porto, da «Cimentos» - Federação de Caixas de Previdência, a Caixa de Previdência do Pessoal da Companhia de Cimento Tejo, a Caixa de Previdência da Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento e a Caixa de Previdência da Empresa de Cimentos de Leiria

24. TRABALHO

Portaria n.º 35/2012, de 3 de março

(Ministério da Saúde)

Aprova a lista de profissões regulamentadas e de autoridades nacionais que, para cada profissão, são competentes para proceder ao reconhecimento das qualificações profissionais e a lista de profissões regulamentadas com impacto na saúde que não beneficiam do sistema de reconhecimento automático

Decreto-Lei n.º 24/2012, de 6 de fevereiro

Ministério da Economia e do Emprego

Consolida as prescrições mínimas em matéria de proteção dos trabalhadores contra os riscos para a segurança e a saúde devido à exposição a agentes químicos no trabalho e transpõe a Diretiva n.º 2009/161/UE, da Comissão, de 17 de Dezembro de 2009

25. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

• TRANSPORTES

Portaria n.º 34-A/2012, de 1 de fevereiro

(Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças, da Economia e do Emprego e da Educação e Ciência)

Atualiza as condições de atribuição dos passes «4_18@escola.tp» e «sub23@superior.tp»

Despacho n.º 1755/2012, de 7 de fevereiro

(Ministério da Economia e do Emprego - Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P.)

Aprova os valores máximos de preços para as carreiras rodoviárias interurbanas de passageiros, em percursos inferiores a 50 Km, a vigorar a partir de 1 de Fevereiro de 2012

Portaria n.º 36/2012, de 8 de fevereiro

(Ministérios das Finanças e da Economia e do Emprego)

Primeira alteração à Portaria nº 272/2011, de 23 de setembro, que define as condições de atribuição do Passe Social+ e os procedimentos relativos à operacionalização do sistema que lhe está associado

• COMUNICAÇÕES

Resolução da Assembleia da República n.º 11/2012, de 6 de fevereiro

(Assembleia da República)

Recomenda ao Governo que adote as medidas necessárias para que seja dada cobertura universal do sinal digital, seja por televisão digital terrestre (TDT), seja por satélite, sem custos adicionais para estes utilizadores, assegurando assim que seja garantido que não existam cidadãos excluídos, particularmente por razões económicas, no acesso ao sinal digital de televisão; bem como que promova, através das entidades competentes, o incremento de ações de informação e de fiscalização sobre o processo de implementação da televisão digital terrestre (TDT)